



A disciplina de Educação Especial no currículo do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (1977-2018)

The subject of Special Education in the curriculum of the Universidade Estadual de Londrina Pedagogy course (1977-2018)

La disciplina de Educación Especial en el currículo de la carrera de Pedagogía de la Universidade Estadual de Londrina (1977-2018)

Tony Honorato

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-3057-1157>

<http://lattes.cnpq.br/7101545385569249>

tony@uel.br

Felipe Augusto Leme de Oliveira

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-8035-6274>

<http://lattes.cnpq.br/8492378906081472>

feelipeleme@gmail.com

Celso Luiz Junior

Universidade Estadual de Londrina (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0002-5227-6637>

<http://lattes.cnpq.br/7777150145160191>

celsoluizjr@uel.br

Resumo

Este artigo objetivou analisar a presença e a finalidade da disciplina de *Educação Especial* na construção histórica do currículo de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (1977-2018). A metodologia utilizada foi a categoria historiográfica disciplina escolar, selecionando-se fontes históricas, como os projetos pedagógicos de curso, os programas de ensino, as legislações e as readequações curriculares do curso de Pedagogia da UEL. Como resultado, notou-se que a *Educação Especial*, no período histórico entre 1977 e 2018, esteve presente no currículo de formação de professores com diferentes terminologias: *Introdução à Pedagogia dos Excepcionais*, *Introdução à Educação Especial*, *Educação e Diversidade*, *Educação Especial e Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. As finalidades foram diversas acerca da questão central de que a formação e a atuação docente devem se ancorar nos saberes das ciências psicológicas, médicas e humanas de modo mais amplo. Logo, considera-se que o estudo da disciplina *Educação Especial* na formação de professores contribui para compreender o campo da Educação Especial no Brasil.

Palavras-chave: Disciplina Educação Especial; Formação de professores; Universidade.

Abstract

This article aimed to analyze the presence and purpose of the Special Education discipline in the historical construction of the Pedagogy curriculum at the State University of Londrina (UEL) (1977-2018). The methodology used was the historiographical category of school discipline, selecting historical sources such as course pedagogical projects, teaching programs, legislation, and curricular readjustments of the UEL Pedagogy course. As a result, it was noted that Special Education, in the historical period between 1977 and 2018, was present in the teacher training curriculum with different terminologies: Introduction to the Pedagogy of the Exceptional, Introduction to Special Education, Education and Diversity, Special Education and Brazilian Sign Language (Libras). The purposes were diverse regarding the central issue that teacher training and practice should be anchored in the knowledge of psychological, medical, and human sciences in a broader sense. Therefore, the study of Special Education as a subject in teacher training is considered to contribute to understanding the field of Special Education in Brazil.

Keywords: Special Education Subject; Teacher training; University.

Resumen

Este artículo tuvo como objetivo analizar la presencia y el propósito de la disciplina de Educación Especial en la construcción histórica del currículo de Pedagogía en la Universidad Estatal de Londrina (UEL) (1977-2018). La metodología utilizada fue la categoría historiográfica de disciplina escolar, seleccionando fuentes históricas como proyectos pedagógicos de curso, programas de enseñanza, legislación y reajustes curriculares del curso de Pedagogía de la UEL. Como resultado, se observó que la Educación Especial, en el período histórico entre 1977 y 2018, estuvo presente en el currículo de formación docente con diferentes terminologías: Introducción a la Pedagogía de lo Excepcional, Introducción a la Educación Especial, Educación y Diversidad, Educación Especial y Lengua de Señas Brasileña (Libras). Los propósitos fueron diversos en cuanto a la cuestión central de que la formación y la práctica docente deben anclarse en el conocimiento de las ciencias psicológicas, médicas y humanas en un sentido más amplio. Por lo tanto, se considera que el estudio de la Educación Especial como disciplina en la formación docente contribuye a la comprensión del campo de la Educación Especial en Brasil.

Palabras-clave: Disciplina de Educación Especial; Formación de profesores; Universidad.

Recebido: 15/09/2025

Aprovado: 21/01/2026

Introdução

Este texto¹ objetiva analisar a presença e a finalidade da disciplina de *Educação Especial* na construção histórica do currículo de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) entre os anos de 1977 e 2018. As atividades do curso se iniciaram em 1971, quando a Universidade recém-criada encampou o antigo curso de Pedagogia, em funcionamento desde 1962, promovido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (Abbud; Favaro, 2012). No começo, o curso oferecia a formação única, licenciatura em Pedagogia, cuja matriz curricular constava a oferta de uma disciplina intitulada *Introdução à Pedagogia do Excepcional*. Na década de 1990, identifica-se a introdução da disciplina denominada *Educação Especial*.

A *Educação Especial* recebeu variadas terminologias na organização curricular de formação docente em Pedagogia na UEL. Isso indicia como os saberes acadêmicos e científicos, bem como a sociedade, compreendiam as pessoas com deficiência em certos momentos, de maneira a organizar um campo acadêmico, científico e profissional. Nesse sentido, compreender a história da *Educação Especial* na formação do pedagogo é fundamental, pois esse docente tem inserção profissional em diferentes níveis e modalidades de ensino, sobretudo na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na gestão escolar. Propõe-se, então, a análise histórica da presença e da finalidade da disciplina de *Educação Especial* na formação de professores pedagogos pela UEL.

O entendimento da disciplina escolar como categoria historiográfica contou com teóricos como Chervel (1990), Viñao Frago (2008) e Goodson (2018). As disciplinas escolares permitem analisar os saberes escolares específicos introduzidos e presentes nos currículos, sem desconsiderar o complexo processo constituído por “conflitos, diferentes tipos de mediação entre sujeitos e instituições, diante dos papéis que, em cada época e sociedade, são atribuídos à escola” (Souza Júnior; Galvão, 2005, p. 405).

As disciplinas escolares se configuram como um campo de investigação que visa problematizar e possibilitar estudos históricos, a fim de compreender a escolarização e a formação dos indivíduos para a vida em sociedade. Com isso, a disciplina escolar assume um espaço de poder e de ciência na construção coletiva do que se pretende enquanto compreensão da cultura escolar, que é dinamizada também pela formação e atuação docente. Assim, é fundamental compreender a história da formação docente, em particular no que diz respeito à *Educação Especial*, considerada como uma disciplina formativa e fundante para intervir nos processos escolarizadores em sociedade complexa, pois se espera valorizar a diversidade, a inclusão e o enfretamento dos preconceitos.

Na história da educação, a disciplina de *Educação Especial* está associada às transformações e às percepções ocorridas na vida em sociedade em termos de práticas sociais, de políticas públicas, de institucionalização, de concepções de ciência e de noções de indivíduos. No Brasil imperial, conforme Jannuzzi (2012), foram prestados serviços institucionalizados com apoio governamental para atendimento das pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e física, sobretudo com a criação, em 1854, do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto “Benjamin Constant”) e, em 1857, do Instituto Imperial de Surdos-Mudos.

Já na primeira metade do século XX, outras instituições para atender as pessoas com deficiência surgiram, como o Instituto São Rafael (1926), a Sociedade Pestalozzi (1932), o Instituto Pestalozzi (1935), a Fazenda do Rosário (1940), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (1954). Segundo Mazzotta (2011), até os anos 1950 foram aproximadamente 54 instituições voltadas para o atendimento das pessoas com deficiência. Nos anos 1960 em diante,

¹ A produção deste artigo contou com apoio do CNPq (processo n. 305940-2022-8) e da CAPES (Bolsa DS).

estruturou-se ainda mais a institucionalização acadêmica, científica e política da Educação Especial no Brasil, contando, por exemplo, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp, em 1973) (Pletsch; Batista; Avila, 2023). As experiências institucionalizadas acontecem em diferentes cidades e regiões do país (Mello; Machado, 2017).

Em relação à formação docente, foi fundamental a contribuição da psicóloga e pedagoga Helena Antipoff, que, desde o final dos anos 1920 no Brasil, se dedicou à Educação Especial em estabelecimentos onde as pessoas com deficiência também aprenderiam a ser independentes e capazes de ganhar a vida por meio do trabalho (Rafante; Lopes, 2009; Cassemiro, 2018). Logo, os docentes poderiam realizar cursos de formação para dominarem os ensinamentos sobre aqueles considerados “excepcionais” acerca do atendimento e das atividades manuais, como instrumentos de trabalho.

As ideias de Antipoff repercutiram nas propostas de Lourenço Filho para a educação no Estado de São Paulo e para o primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB de 1948, aprovada em 1961), pois ele defendia elaborar um teste para aferir a maturidade das crianças, a fim de homogeneizar as classes e criar classes especiais (Monarcha, 2001). De fato, havia um movimento de articulação entre os conhecimentos da área da Psicologia e os da aprendizagem. Isso contribuiu para caracterizar a formação docente esperada e a potente presença da Psicologia Educacional na estruturação do campo da Educação Especial.

No campo da Educação Especial, organizações com/para pessoas com deficiência não foram passivas, conforme Jannuzzi (2004). Desde a década de 1950, elas se organizavam cada vez mais, a fim de participar de discussões sobre suas questões e suas demandas. Como evidência, surgem o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (1954), as Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAES, em 1954), a Federação das Sociedades Pestalozzi (em 1970), a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais (em 1974), a Organização do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD/ONU, a partir de 1980), entre outras. Tratava-se de movimentos em busca da conquista do espaço público, da cidadania e da redução de desigualdades em relação às pessoas com deficiência.

Essa trajetória histórica de institucionalização em território nacional se baseou em um forte processo centralizador federalista refletido nos estados e municípios, que por sua vez se preocupariam politicamente mais com as questões locais do que com a adequação a nível nacional (Sobrinho; Pantaleão; Jesus, 2016). Por sua vez, o movimento *Nothing About Us Without Us* (Charlton, 1998) tem motivado, em diferentes países, a relevância do tratamento digno e respeitoso das pessoas com deficiências a considerar elas mesmas como fundantes da ideiação e da ação, buscando a inclusão em todos os serviços prestados à população em geral. Isso evidencia as disputas não somente sociais, mas também políticas e privadas (De Laplane; Caiado; Kassar, 2016; Oliveira; Sobrinho, 2020), o que reverberou e ainda impacta no campo da Educação Especial, em particular na formação e na atuação docente.

No Brasil, a formação docente em nível superior voltada à Educação Especial, segundo Michels (2017), começou em 1972, com a habilitação específica do curso de Pedagogia regida pelo parecer do Conselho Federal de Educação n.º 252 (Brasil, 1969) e, posteriormente, pela Lei n.º 5.692 (Brasil, 1971). Com a formação em nível superior, previa-se uma maior especialização neste tipo de ensino, considerando a racionalidade técnica, a ideia de eficiência e a produtividade, então empregadas à educação dos indivíduos em tempos de tecnicismo pedagógico durante a Ditadura Civil-Militar². A expectativa era, então, preparar dois tipos de professores: os polivalentes da educação básica geral e os mais habilitados, no caso, especializados em Educação Especial. Para Bueno (2002), a inserção

² Optou-se por usar a categoria historiográfica Ditadura Civil-Militar, referente ao período de 1964 a 1985, pois o Golpe de Estado, liderado pelas Forças Armadas, contou com a participação de diversos setores civis da sociedade brasileira (Fico, 2004).

da disciplina de Educação Especial nos cursos de Pedagogia e de outras licenciaturas, desde a década de 1970, não foi uniforme e generalizada. Segundo o autor, isso ainda necessita de maiores pesquisas sobre o que os cursos de Pedagogias no Brasil fizeram de fato.

Considerando o debate referente à inserção da disciplina de *Educação Especial* na formação docente em Pedagogia e a historicidade do campo da Educação Especial no Brasil, indaga-se: O que o curso de Pedagogia da UEL possibilita compreender, por meio de seus currículos, em termos de formação de professores para a Educação Especial? Como recorte de pesquisa, tomou-se como referência o curso de Pedagogia da UEL criado, na instituição, em 1971, e ainda em vigência na cidade de Londrina, na região norte do Estado do Paraná.

Para maior delimitação, optou-se pelo estudo da presença e da finalidade da disciplina de *Educação Especial* segundo os dispositivos institucionais, principalmente os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) de Pedagogia da UEL (1971-2018). Assim, pôde-se considerar que os saberes de *Educação Especial*, inicialmente, foram inseridos no currículo formador em uma disciplina com outra nomenclatura. Com o passar do tempo, a disciplina de *Educação Especial* foi proposta como componente curricular e conquistou maiores espaços na formação docente em Pedagogia, mas não aconteceu sem tensionamentos.

1. Método

A periodização histórica propõe a análise da *Educação Especial* na organização curricular do curso de Pedagogia da UEL no período entre 1977 e 2018. A razão por optar pelo ano se justifica pela identificação, entre os dispositivos institucionais, do programa da disciplina de 1977, nomeada de *Introdução à Pedagogia dos Excepcionais*. Já o ano de 2018 remeteu ao período do último PPC reformulado até a realização desta pesquisa.

Este estudo utilizou o método analítico documental (Le Goff, 1990; Bacellar, 2005), com fonte histórica nos PPC e seus documentos correlatos consultados nos acervos da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), do Sistema de Arquivos (SAUEL) e do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação (LEPHE). Os documentos analisados não foram escritos por um único autor, mas formam um conjunto de dispositivos envolvendo diversos docentes, pessoal do administrativo institucional e respaldo de legislação educacional em nível local, regional e nacional.

Como destacou Le Goff (1990), um documento não surge como um mero acaso, mas possui uma intencionalidade e desempenha uma função dentro da sociedade. Logo, traz, em suas particularidades, o tempo e o lugar histórico, ou seja, não existe neutralidade e pode ser transformado em fonte histórica após estar sujeito a tratamentos que desmitificam a confissão de verdade absoluta. Nesta presente pesquisa, as fontes históricas foram analisadas à luz da categoria historiográfica disciplina escolar (Chervel, 1990; Viñao Frago, 2008; Goodson, 2018). Portanto, demandou a compreensão da introdução, da presença, das finalidades e das mudanças da disciplina de *Educação Especial* na organização curricular da formação docente em Pedagogia na UEL (1977-2018).

2. Resultados e discussão

Inicialmente, este estudo identificou a presença da Educação Especial na formação docente em Pedagogia na UEL, por meio do programa da disciplina *Introdução à Pedagogia do Excepcional*, aprovado para o ano letivo de 1977 e que especifica a ementa, seus objetivos, o conteúdo programático, a metodologia, a avaliação, a carga horária e a bibliografia (UEL, 1977). A ementa contava com aspectos gerais da educação do excepcional, os tipos de atendimento educacional, a organização das classes especiais, a habilitação de profissionais para o trabalho e as questões ligadas aos pais. O conteúdo abordava histórico, conceitos,

terminologias, causas e incidências dos excepcionais, bem como as características de crianças com problemas visuais, psicomotrices, de fala e com incapacidades múltiplas. O objetivo do programa era formar professores informados sobre a identificação e o encaminhamento de excepcionais para escolas ou classes especiais, assim como detentores de conhecimentos básicos para o trabalho escolar com as pessoas com deficiência. A disciplina dialogava com as orientações previstas na LDB de 1961.

Com a aparição do nome de “excepcional”, a terminologia era transversal a toda a programação da disciplina. Segundo Rafante (2011), o termo “excepcional”, usado nos programas de ensino na década de 1970, enfocava a permanência dos princípios antipoffianos formulados na década de 1930, o que indica, de certa maneira, a dificuldade de transformar a prática pedagógica frente ao “excepcional”. Em outras palavras, Helena Antipoff interpretou o conceito de “excepcional”, como uma forma de entendimento de crianças e adolescentes que se desviam acentuadamente da “norma de seu grupo em relação a uma ou várias características mentais, físicas ou sociais, ou quaisquer dessas de forma a criar um problema essencial com referência à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social” (Rafante, 2011, p. 6). A proposta de Antipoff era atenuar os termos pejorativos utilizados até então, como “anormal”, “imbecil” e “retardado”, ao adentrar no movimento de renovação educacional.

As iniciativas oficiais direcionadas à educação dos “excepcionais”, com a pretensão de abranger todo o território nacional, começaram na década de 1950, na forma de Campanhas Educacionais: Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (1957); Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes Visuais (1958); Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais - CADEME (1960). Essas campanhas contribuíram para promover o esclarecimento da população e colocar a temática da educação dos “excepcionais” na pauta das preocupações das autoridades municipais, estaduais e federal, mas não representaram mudança significativa no que já vinha sendo feito nesse âmbito, apenas ratificou o modelo de ação praticado, em que o atendimento era restrito, realizado pela iniciativa particular, contando com a subvenção pública. Em meados da década de 1960, Helena Antipoff compôs a comissão de coordenação da CADEME, que elaborou uma minuta de lei, propondo o Centro Nacional de Educação Especial. (Rafante, 2011, p. 281-282).

A terminologia “excepcional” não era usada ao acaso, mas existia e indicava o pensamento produzido na sociedade da época e que perdurou ao longo do tempo. A noção estava presente na cultura popular, na literatura acadêmica-científica e nas instituições de referência. Consequentemente, fazia sentido nos dispositivos legais e nas organizações curriculares de formação de professores em nível universitário.

Na UEL, o programa de *Introdução à Pedagogia do Excepcional*, com aprovação em abril de 1977, sob o código 10ED07 ofertado pelo Departamento de Psicologia Educacional e Orientação Educativa, previa 60 horas teóricas em um único semestre. A ministração ficou a cargo da professora Rosa Maria Junqueira Scicchitano, que se formou no ano de 1970 em Pedagogia pela Faculdade Auxilium de Filosofia Ciências e Letras de Lins, em São Paulo, especializou-se em 1973 em Educação Especial pela *St. Gerardus Instituut voor Spastische Kinderen* (Louvain, Bélgica). Em 1981, concluiu o mestrado em Artes na Educação, com foco na deficiência mental, pela *Western Carolina University* (WCU, Estados Unidos) e defendeu em 1992 o doutorado no Programa de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano da Universidade de São Paulo.

Na UEL, Scicchitano também atuou no Centro de Atendimento Psicopedagógico (CAPP), liderou a construção do projeto do Curso de Especialização em Educação Especial-Deficiência Mental (CEEE-DM), aprovado em 1986, e canalizou a sua atuação docente na Psicopedagogia e nas dificuldades de aprendizagem. A sua trajetória acadêmica e a sua inserção profissional contribuíram para a formação de professores e a conformação inicial da disciplina de *Educação Especial* no curso de Pedagogia da UEL, bem como outros docentes ao longo do processo histórico³.

A disciplina de 1977 estava ligada ao Departamento de Psicologia, pois enfatizava a educação das pessoas com questões psíquicas. Segundo Bueno (2002), ainda em 1998, era comum identificar, nas organizações curriculares, a presença da disciplina denominada *Psicologia do Excepcional* (terminologia ultrapassada para a época). Ainda, quando a *Educação Especial* era pensada, em uma universidade, a partir do departamento de Psicologia, era comum que os saberes médicos em relação à deficiência se sobrepusessem aos saberes pedagógicos. Do ponto de vista atual, isso é um problema, pois é de onde surgiram, por exemplo, ideias que levaram à segmentação das deficiências. E também são consideradas ultrapassadas para a adaptação curricular para determinados estudantes, dentre outras estratégias que não vão ao encontro da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva.

No ano de 1991, há registro de aprovação de um outro PPC de Pedagogia da UEL, com a presença da disciplina intitulada *Introdução à Educação Especial* (UEL, 1991). No PPC de 1991, a disciplina compunha o eixo de Conhecimento de Didática, cuja oferta previa carga horária de 68 horas teóricas no sistema seriado anual, devendo ser ministrada ao terceiro ano do curso de Pedagogia, sob o código interno de 3EDU034 do Departamento de Educação. A disciplina estava no rol das comuns do magistério das matérias pedagógicas para todas as habilitações, independentemente da escolha feita pelo aluno na sua segunda habilitação, isto é, Supervisão Escolar e Orientação Educacional ou Educação Pré-Escolar e Séries Iniciais.

Cumprido salientar que a habilitação em Educação Especial, apesar da disciplina presente na organização curricular do curso, não chegou a ser ofertada na UEL. Há registro dessa habilitação ofertada em outras Instituições de Ensino Superior (IES). No caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Marília e de Araraquara, os docentes relataram a organização curricular e apontaram a relevância de a habilitação convergir com o ensino regular para se evitarem formações e materiais pedagógicos distintos no mesmo sistema educacional (Omote *et al.*, 1996).

Chama a atenção que no PPC de Pedagogia da UEL, aprovado em 2004 e implantado em 2005, a *Educação Especial* não constava como terminologia de disciplina curricular. Os seus saberes estiveram propostos no contexto do programa da disciplina de *Educação e Diversidade I e II*. Ambas as disciplinas se correlacionavam ao eixo intitulado de Conhecimento e Currículo e deveriam ser ofertadas como disciplinas de formação comum a todas as habilitações. A *Educação e Diversidade I*, com código 6EDU009 do Departamento de Educação, estabelecia o total de 68 horas – 51 horas teóricas e 17 práticas – destinadas aos

³ Nos documentos analisados por esta pesquisa, pouco se identificou sobre os docentes que ministraram as disciplinas de *Educação Especial* no curso de Pedagogia da UEL, entre 1977 e 2018. Todavia, ao consultar o Departamento de Educação, foi possível encontrar os nomes das seguintes professoras: Rosa Maria Junqueira Scicchitano (1974-2019); Maria Amélia Almeida (1979-1994); Maria Cristina Marquezine (1987-2014); Célia Regina Vitaliano (1991-2025); Silvia Márcia Ferreira Meletti (1998-atual); Simone Moreira de Moura (2008-2023), Karen Ribeiro (2012-2022). Os períodos são equivalentes ao tempo de serviço na UEL registrado pelas respectivas docentes em seus Currículos Lattes, e não necessariamente na condução da disciplina. A trajetória, a contribuição e a atuação dessas docentes demandariam outro estudo.

estudantes do segundo ano do curso de Pedagogia; série em que todas as disciplinas ofertadas contavam com uma carga horária de parte prática. Já a *Educação e Diversidade II* contava com 68 horas teóricas, sem prática, com direcionamento para o quarto ano do curso, com o código interno de 6EDU037.

O PPC de 2004, além de manter como base comum o magistério das matérias pedagógicas do Ensino Médio e o magistério para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental, preconizava duas possibilidades de habilitação: Magistério da Educação Infantil ou Orientação Educacional e Supervisão Escolar. A formação docente indicava a necessidade de que o curso se organizasse com ação “inter e intrasséries, em que os conteúdos e atividades fossem construídos considerando objetivos estabelecidos para cada um dos períodos”. Além disso, a exigência da pesquisa era elemento integrador (Abbud; Favaro, 2012, p.34).

Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (Brasil, 2006), a organização curricular do curso de Pedagogia da UEL foi novamente reformulada. Houve a supressão das habilitações, com destaque para a presença das disciplinas de *Educação Especial e Língua Brasileira de Sinais (Libras)*. No currículo implantado em 2007, a *Educação Especial* configura como disciplina ofertada ao terceiro ano do curso de Pedagogia da UEL, ligada ao eixo de Conhecimento, Currículo e Gestão, com oferta curricular obrigatória, semestral, com um total de 68 horas teóricas de carga horária.

No ano de 2009, a organização curricular do curso passou por ajustes, entre eles registrou-se a utilização da média de hora-aula de 60 minutos, conforme a Resolução Nacional n.º 03 de 2007. Assim, foi necessária a extensão do curso de 4 anos para 4 anos e meio. Nesse contexto, o PPC de Pedagogia, implantado em 2010, estabelecia como disciplina obrigatória do terceiro ano a *Educação Especial* com carga horária de 60 horas teóricas, vinculada ao eixo de Conhecimento, Currículo e Gestão, sob o código de 6EDU100.

Na organização curricular implantada a partir de 2019, o PPC de Pedagogia (UEL, 2018) também demarcou a presença da disciplina com o nome de *Educação Especial*, com o total de 75 horas de carga horária, divididas em 60 teóricas e 15 práticas como componente curricular, ao terceiro ano. Com o total de 4 créditos, a disciplina está vinculada ao eixo de Conhecimento, Currículo e Gestão, com o código interno de 6EDU100.

Como primeira síntese, de 1977 a 2018, os saberes de Educação Especial estiveram presentes na organização curricular do curso de Pedagogia da UEL. No decurso histórico, receberam diferentes terminologias: *Introdução à Pedagogia do Excepcional*, *Introdução à Educação Especial*, *Educação e Diversidade I e II*, *Libras*, *Educação Especial*. Os termos indicam mudanças e adequações curriculares motivadas por implementação de novos dispositivos legais consonantes às políticas públicas educacionais e às demandas sociais ligadas à formação de professores.

No caso da UEL, a presença da *Educação Especial* não configurou uma habilitação específica voltada à formação e à diplomação de professores. Os saberes do campo da Educação Especial, em cada PPC consultado, comumente se ligavam de forma direta a uma disciplina ofertada, o que provoca a problematizar se tal oferta seria suficiente, considerando a complexidade que é pensar, sistematizar e propor ações pedagógicas para a diversidade de grupos de pessoas com deficiência em seus diferentes espectros e modalidades de instituições de ensino.

Para aprofundar a discussão acerca da historiografia sobre as disciplinas escolares (Chervel, 1990; Viñao Frago, 2008; Goodson, 2018), propõe-se também analisar as finalidades de um componente curricular. A seguir, o foco deste texto estará na apresentação e na análise das ementas e dos objetivos das disciplinas de Educação Especial, conforme os PPC de Pedagogia da UEL e seus documentos correlatos.

O programa de ensino de 1977, da disciplina *Introdução à Pedagogia dos Excepcionais*, apresentou a seguinte ementa:

Aspectos gerais da educação do excepcional. Conceito de excepcional. Classificação. Tipos de atendimento educacional. Princípios para a organização de classes especiais. Organização de currículos e programas. A habilitação profissional do excepcional. O problema dos pais (UEL, 1977, s/p).

A disciplina propunha saberes sobre os aspectos gerais da educação do “excepcional”, buscando compreender conceituações e classificações, ao dimensionar causas e incidências das “excepcionalidades”. Considerava-se fundamental o estudo dos tipos de atendimentos a serem empreendidos, sobretudo em classes especiais, observando os programas de saberes a serem adaptados e ensinados. Na educação do “excepcional”, não deveria se descuidar das questões referentes à habilitação profissional, pois se esperava a inserção no mundo útil do trabalho, bem como era necessário se atentar para as relações familiares, em particular entre os pais e os filhos “excepcionais”. As finalidades da disciplina de *Introdução à Pedagogia do Excepcional* foram assim descritas:

Obter informações que possibilitem a identificação e o encaminhamento de crianças excepcionais a escolas ou classes especiais. Obter informações que possibilitem ao Orientador Educacional conhecimentos básicos para a orientação vocacional de pessoas interessadas no trabalho com excepcionais. (UEL, 1977, s/p).

Na formação em Pedagogia, os estudantes deveriam aprender, além das conceituações e das classificações de “excepcionais”, os princípios de organização das classes especiais e as formas de identificar a necessidade – ou não – de direcionar o aluno para a escola “comum”. O encaminhamento ou não de alunos para classes especiais é gerador histórico de tensões, pois se questiona, até hoje, se socialmente separar as pessoas com deficiência dos ditos “normais” é a melhor solução para construir de uma sociedade ancorada nos princípios de inclusão e de respeito à diversidade. Para atingir os objetivos da disciplina de *Introdução à Pedagogia do Excepcional*, em 1977, foram propostos os seguintes conteúdos programáticos:

Unidade I:

- Aspectos gerais da Educação Especial;
- Histórico;
- Conceito e terminologia;
- Causas e incidência.

Unidade II:

- Classificação dos excepcionais.

Unidades III:

Excepcionais intelectuais:

- Superdotados;
- De aprendizagem lenta;
- Deficientes mentais educáveis;
- Deficientes mentais treináveis;
- Deficientes mentais dependentes.

Excepcionais do físico:

- Não sensoriais (motores);
 - Sensoriais (deficientes visuais e deficientes auditivos);
 - Crianças com problemas de percepção visual;
 - Crianças com problemas de psicomotricidade;
 - Crianças com problemas de fala;
 - Crianças com incapacidade múltiplas.
- Excepcionais do comportamento:
Crianças com distúrbios emocionais
Crianças com desajustes sociais
- Unidade III
- Tipos de atendimento educacional ao excepcional.
- Unidade IV
- Princípios para organização de classes especiais.
- Unidade V
- Organização de currículo e programas.
- Unidade VI
- A habilitação profissional do excepcional.
- Unidade VII
- O problema dos pais;
 - Análise de atitudes dos pais;
 - A importância do ambiente familiar;
 - Planejamento de reuniões de pais orientadores (UEL, 1977, s/p).

O programa previa o processo de ensino distribuído em sete unidades didáticas, a partir dos saberes fundamentais sobre os excepcionais até a intervenção e as orientações juntos aos familiares. Os conteúdos dividiam o entendimento de “excepcionais” pela dimensão intelectual, física e comportamental, trazendo uma perspectiva fragmentada da compreensão do indivíduo.

Para fundamentar os conteúdos programáticos, a disciplina propunha as seguintes referências bibliográficas, nacionais e internacionais:

- Crianças Excepcionais - Seus Problemas - Sua Educação - Lloyd M. Dunn / Livro Técnico S.A (2 vol)
- A Educação da Criança e do Jovem Excepcional - Cruickshank e Johnson (Globo)
- O Indivíduo Excepcional. Capa comum – Charles W. Telford / James M. Sawrey (Zahar)
- Ensinando Crianças Excepcionais - Maria Therezinha de Carvalho Machado (Liv. José Olympio)
- Crianças Excepcionais e Sua Educação Familiar - Samuel A. Kirk e Outros (Fundo de cultura)
- Deficiência Mental - Stanislaw Krynski (Liv. Atheneu S.A)
- A Criança Excepcional - Joseph Roucek (Ibrasa)
- Distúrbios Neurológicos da Criança - Haim Grunspun (prociex)
- Distúrbios Psiquiátricos Da Criança - Grunspun Haim (prociex)
- O Aluno de Aprendizagem Lenta - W. B. Featherstone (Livro Técnico S.A.)
- Educação do aluno lento - George Orville Johnson (Bloch)
- A Criança Que Não Aprende - Emilio Mira y López (Mestre Jou)

Como Educar uma Criança Deficiente Mental - Alfred Brauner (Pestalozzi)
Aluno bem-dotado – Schefe, M. (Ao Livro Técnico)
Fisioterapia na Paralisia Cerebral - Plínio Ribeiro Cardoso (Ed. Da USP)
Alfabetização - Disfunções Psiconeurológicas - Ana Maria Poppovic (Veter, Ed. Psicopedagógica)
Seu Filho Fala Bem? - Pedro Bloch (Bloch, Ed. S.A.)
Manual para o Exame Psicológico da Criança - René Zazzo (Mestre Jou)
Aprendendo a Aprender - Dorothy M. Simpson (Cultrix)
Psicomotricidade - Dalila Molina de Costallat (Globo)
Éducation psycho-motrice et arriération mentale - Louis Picq & Pierre Vayer (Edition Doins)
Le Dialogue Corporel - Pierre Vayer (Edition Doins)
Les Deficiences Intellectuelles Chez L'enfant – Kohler, C. (Presses Universitaires de France)
Jeunes déficients mentaux – Kohler, C. (Charles Deseart, Ed.)
L'enfant au cerveau blesse – Robaye-Geelen, F. (Charles Deseart, Ed.)
Des Adolescents dites débiles - Carmen Nobile e Henri Bissonnier (Editions Fleurs). (UEL, 1977, s/p).

No geral, a disciplina de 1977 fundamentava a formação de professores para atuarem no processo de aprendizagem do “excepcional”, levando em conta, principalmente, os saberes psicológicos e médicos. Essas duas ciências podem ser consideradas como predominantes para o estudo dos fundamentos dos distúrbios e suas respectivas possibilidades procedimentais e atitudinais a serem adotadas por parte dos professores, que não deveriam ser surpreendidos com a presença de educandos “excepcionais” em sala de aula. Logo, os professores precisavam saber sobre as diferentes especialidades apresentadas por crianças e jovens, e a bibliografia indicava obras de referências para o conhecimento de testes e exames psicológicos.

De certa maneira, pensando com Bueno (1993), a disciplina se confinava nas peculiaridades da população por ela absorvida, reduzindo sua ação de tal forma, que o fundamental se restringiria a adaptar os procedimentos pedagógicos às dificuldades geradas pela deficiência. Ou seja, ao se limitar, a *Educação Especial* dizia respeito não somente ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes considerados deficientes e com dificuldades, mas também ao processo de formação de professores. Na formação de professores para a Educação Especial, conforme Michels (2005), predominou ao longo da história o modelo médico-psicológico enraizado no positivismo, secundarizando o modelo social da deficiência.

Os saberes pedagógicos se subordinavam aos saberes médicos e psicológicos. Na história da *Educação Especial* (Bueno, 1993; Jannuzzi, 2012), nota-se o impacto da área da saúde na Educação Especial, pelo menos na produção do conhecimento sobre as patologias físicas. Por sua vez, a área da psicologia influencia pelo menos com a produção de diagnósticos psicométricos, com a aplicação de testes tidos como objetivos e com a experimentação clínica. Desse modo, o saber pedagógico estaria a serviço de regenerar a saúde física e psíquica daqueles classificados com alguma deficiência ou dificuldade de integração na sociedade.

Destaca-se que os documentos históricos pesquisados nos acervos da UEL não forneceram os programas da disciplina de *Introdução à Educação Especial*, praticada nos anos de 1990. Os próximos indícios são referentes às disciplinas de *Educação e Diversidade I e II*. A primeira ementa prescrevia:

Conceituação e caracterização da classe social, gênero, cultura, etnia, religião e o Plano nacional de Educação. Processo de discriminação, estigmatização e segregação das minorias excluídas socialmente. Paradigma da inclusão e suas implicações educacionais, caracterização das necessidades especiais. Metodologias de ensino específicas e adaptadas às necessidades educacionais especiais. Processo de desenvolvimento e aprendizagem do Plano Nacional da Educação. (UEL, 2004, p. 14. Grifos nossos).

No PPC de 2004 do curso de Pedagogia, implantado a partir de 2005, a ementa de *Educação e Diversidade I* incluiu os saberes de Educação Especial, que, por sua vez, deixou de ser uma disciplina do currículo de formação de pedagogos na UEL e foi integrada como saberes da disciplina mencionada. Nota-se um movimento objetivando a interdisciplinaridade entre a *Educação Especial* e a *Educação Inclusiva*, a fim de articular debates a respeito da diversidade, envolvendo tensões inerentes à classe social, ao gênero, à cultura, à etnia, à religião e aos processos de discriminação, estigmatização e segregação. Esta formulação da disciplina de *Educação e Diversidade* trazia a Educação Especial no contexto do paradigma da inclusão e suas implicações educacionais, considerando os aportes mais ampliados das Ciências Humanas e Sociais para a compreensão dos indivíduos, entre eles aqueles com “necessidades educacionais especiais”.

A associação da Educação Especial ao paradigma da inclusão “surge como uma reação contrária ao processo de integração, e sua efetivação prática tem gerado muitas controvérsias e discussões” (Miranda, 2008, p. 38). Logo, a efetivação não acontece sem tensionamentos, mesmo com a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), aprovada em 2008, e de seus documentos legais decorrentes (Kassar; Meletti, 2012).

Então, além do acolhimento, a educação escolar deveria reconhecer a existência de inúmeras diferenças entre os alunos. Com isso, o próprio sistema educacional também passaria por mudanças significativas para potencializar o processo de ensino-aprendizagem, de socialização e de formação humana. Assim, mudanças estavam em curso na prática escolar, no modelo pedagógico, na formação de professores e na produção epistemológica no campo da Educação Especial (Pletsch, 2020). Na UEL, a nova disciplina objetivava:

- Caracterizar a diversidade, identificando os mecanismos sociais que favorecem a sua exclusão;
- Identificar ou conhecer: as necessidades educacionais especiais; o processo de desenvolvimento e aprendizagem do Plano Nacional da Educação e as metodologias específicas de ensino adaptadas às necessidades especiais (Braille, Libras, Sistema de comunicação alternativo e outras). (UEL, 2004, s/p).

O primeiro objetivo contemplaria os fundamentos das Ciências Humanas e Sociais para compreender os processos de exclusão da diversidade alijada socialmente, o que de certa maneira indicava outras perspectivas para a leitura das pessoas com deficiência na vida em sociedade. O segundo objetivo abrangeria as questões das necessidades educacionais especiais e as respectivas metodologias adequadas, considerando os desafios de ensino e aprendizagem previstos no Plano Nacional de Educação.

Além do mais, observa-se na disciplina a presença de Libras, que, desde 2002, conforme o art. 4º da Lei n.º 10.436, deveria ser incluída nos “cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, isso como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs” (Brasil, 2002, s/p). Na UEL, a *Libras*, com o status de disciplina, integrou a organização curricular no PPC de Pedagogia aprovado em 2009 e implantado a partir de 2010.

No que diz respeito ao PPC de 2004, a articulação entre os saberes de Educação Inclusiva e os de Educação Especial tornou demasiadamente ampla a disciplina de *Educação e Diversidade I*, que passou a contar com 51 horas teóricas e 17 práticas. Por um lado, houve ganhos em trazer os estudos das pessoas com deficiência para o campo da diversidade, da inclusão e da resistência das “minorias” socialmente constituídas. De outro, podem ter acontecido perdas no aprofundamento dos estudos sobre a caracterização das “necessidades educacionais especiais” em diferentes níveis de ensino e nas possibilidades de estratégias pedagógicas e avaliativas favorecedoras da inclusão na realidade escolar.

Vale destacar que, nesse contexto, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por exemplo, não sucumbiu, mantendo o Curso do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Então, de modo muito precipitado, o começo dos anos 2000 foi um momento típico de mudança dos saberes próprios da Educação Especial, em nome dos saberes da Diversidade e da Inclusão. O fato é que a retirada da disciplina na graduação causou muito mal-estar, e só depois se compreendeu que a *Educação Especial* era contínua e necessária à formação de professores, mas com outra perspectiva: a inclusiva. O campo da Educação Especial novamente encontrava-se em disputas e lutas de concorrências (Bezerra, 2021; Casagrande; Mainardes, 2021).

Para assegurar as singularidades dos saberes da Educação Especial no PPC de 2004 da UEL, prescreveu-se a disciplina de *Educação e Diversidade II* com a ementa: “Estratégias pedagógicas favorecedoras da inclusão no contexto escolar. Avaliação das Necessidades Educacionais Especiais. Organização de condições de ensino em salas de aulas inclusivas. Estimulação precoce” (UEL, 2005, p. 17). Tratava-se de uma ementa mais sucinta e voltada para temas da Educação Especial, como observado nos dois objetivos formulados para a disciplina: “- Identificar e/ou organizar condições favorecedoras da inclusão da diversidade no contexto escolar; - Sistematizar os procedimentos de avaliação das necessidades educacionais dos alunos PNE com vistas a identificar as condições de ensino para sua inclusão” (UEL, 2004, s/p).

Assim, ao considerar as duas disciplinas – *Educação e Diversidade I e II* –, nota-se a ausência da nomenclatura direcionada à *Educação Especial* no PPC de 2004. Tal realidade não se manteve por muito tempo, pois, em 2006, com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (Brasil, 2006), o curso da UEL novamente foi submetido à reformulação. No PPC, aprovado em 2006 e implantado a partir de 2007, consta na nova organização curricular a disciplina Educação Especial, com a seguinte ementa:

Caracterização das Necessidades Educacionais Especiais. Educação Especial nos diferentes níveis de ensino. Adaptações Curriculares. Estratégias pedagógicas favorecedoras da inclusão no contexto escolar. Avaliação das necessidades educacionais especiais no contexto educacional. (UEL, 2006, p. 17).

Em 2006, a *Educação Especial* retomou o seu lugar de poder no PPC de Pedagogia da UEL, e a disciplina de *Educação e Diversidade* não foi suprimida, mas passou a ter oferta de duas para uma única disciplina. A quantidade de 68 horas da *Educação e Diversidade II*, prevista no antigo PPC de 2004, realocou-se no novo currículo para a disciplina de *Educação Especial*. Segundo a perspectiva de Viñao Frago (2008), esse movimento pode sinalizar disputas de poder no contexto de um currículo compreendido em termos de conflitos, negociações, transações, imposições e interesses na prática de sua produção. Em 2006, a disciplina de *Educação Especial* apresentou três objetivos:

- Possibilitar reflexão acerca da caracterização das necessidades educacionais especiais;
- Analisar a educação especial nos diferentes níveis de ensino, compreendendo os processos nela envolvidos;
- Discutir estratégias de atuação do professor tanto na avaliação quanto no acompanhamento ao aluno com necessidades educacionais especiais. (UEL, 2006, s/p).

Os objetivos destacaram a caracterização das “necessidades educacionais especiais”, a análise dos diferentes níveis de ensino e a discussão das estratégias de atuação do professor. O professor atuante deveria ser considerado, tendo em vista que a Pedagogia é um curso de formação para magistério, cujos egressos estariam em sala de aula ou na gestão escolar com os alunos reais. Portanto, a disciplina seria um momento para conduzir o estudante à formação de professor, com preparo para atuar junto às diferenças na realidade escolar.

O PPC de 2009, implantado a partir de 2010, no que diz respeito à disciplina de *Educação Especial*, manteve a ementa de 2006, já descrita anteriormente. A disciplina, antes com 68 horas, passou a ser ofertada em 60 horas. A novidade do currículo estava na introdução da disciplina de *Libras*, ofertada com 60 horas aos estudantes do quarto ano do curso de Pedagogia da UEL, com a ementa:

Aspectos clínicos e educacionais da surdez. A cultura das pessoas surdas. Análise das tendências educacionais: segregação e inclusão dos alunos surdos. Caracterização e desenvolvimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras): aspectos lógicos, morfológicos e gramaticais (sintaxe). Experimentação da utilização das libras: desenvolvendo a expressão gestual-visual-especial. Análise do processo de tradução e interpretação: Libras/Português, Português/Libras. (UEL, 2009. p. 18)

No PPC de 2018, implantado a partir de 2019, com a base ainda em vigência em 2026, com poucas adequações ocorreram em 2023 (UEL, 2023), a ementa da disciplina de *Educação Especial* foi ampliada, como se lê:

Processo histórico de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais (segregação, integração, inclusão). Políticas educacionais inclusivas. Caracterização dos alunos com necessidades educacionais especiais e o seu atendimento no contexto da escola inclusiva. (UEL, 2018, p. 18)

Entre os saberes nomeados pela disciplina, tem-se o estudo dos processos históricos de atendimento às pessoas com deficiência, com o referencial de discussão nos processos de segregação, integração e inclusão. Compuseram, também, o programa os estudos sobre as políticas educacionais inclusivas. Na esfera de sua ementa, a disciplina indica que seria fundamental ao futuro professor que, além de dominar saberes conceituais e procedimentais voltados para o ensino e a aprendizagem dos alunos com deficiência, pudesse conhecer a historicidade do campo da Educação Especial, bem como as possibilidades e os limites impressos segundo as políticas públicas de educação inclusiva, sobretudo após a publicação, em 2008, da Política Nacional de Educação Especial. Dessa maneira, o professor poderia atuar com o pensar histórico, político, pedagógico e crítico.

Considerações finais

A disciplina de *Educação Especial* foi compreendida, tendo como empiria os projetos pedagógicos do curso (PPC) de Pedagogia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (1977-2018), e como teoria a historiografia da educação dedicada à investigação das disciplinas escolares (Chervel, 1990; Viñao Frago, 2008; Goodson, 2018). Com isso, abordou-se como se caracterizou, ao longo do tempo, a presença e as finalidades da disciplina de *Educação Especial* na organização curricular voltada à formação de professores no curso de Pedagogia da UEL.

Sobre a presença na organização curricular, pode-se concluir que saberes do campo da Educação Especial estão inseridos no curso de Pedagogia da UEL desde a década de 1970, recebendo diferentes terminologias. O programa de 1977 revela que a disciplina era denominada de *Introdução à Pedagogia do Excepcional*. Nos anos 1990, foi intitulada de *Introdução à Educação Especial*. Depois, em 2004, em termos de nomenclatura, foi suprimida do currículo, cujos saberes se inseriram no contexto da então recém-criada disciplina de *Educação e Diversidade I e II*.

A terminologia, como disciplina de *Educação Especial*, foi reintroduzida na organização curricular aprovada em 2006, e permanece no PPC aprovado em 2018, com uso em vigência até o presente, em 2026. As finalidades da *Educação Especial* na formação de pedagogos diplomados pela UEL passaram por alterações ao longo do tempo, acompanhando as legislações, as discussões acadêmicas sobre a formação de professores e as mudanças na sociedade.

Nos primeiros anos do curso, a disciplina se configurava predominantemente com saberes da área da Psicologia Educacional e saberes da área médica para conceituar, classificar, examinar e educar os “excepcionais” nas escolas ou em classes especiais. Além dos saberes psicológicos e médicos, nos anos 1990 e 2000, as finalidades da disciplina passaram a agregar abordagens das Ciências Humanas e Sociais para, então, potencializar o foco pedagógico em compreender as pessoas com deficiência. Logo, começou a considerar os processos de discriminação, estigmatização e exclusão que revelam os modos culturais, políticos e históricos engendrados socialmente.

Tratar a Educação Especial na relação com a perspectiva da diversidade e da inclusão tem feito com que questões socioeconômicas, étnicas, religiosas, de gênero e outras sejam abordadas junto à deficiência para identificar e buscar a solução de preconceitos em relação às diferenças. Apesar de muito potente, essa associação não permite compreender, por exemplo, que os marcadores identitários revelem literalmente problemas análogos à deficiência, pois há diferentes regimes de exclusão, preconceitos e desigualdades opressores das formas complexas de ser das pessoas. Nesse sentido, uma possibilidade é analisar as intersecções entre os marcadores, o que, segundo Meletti, Cabral e Sarafim (2024), poderia ocorrer por meio da dialética da transversalidade.

A Educação Especial Inclusiva tem o desafio de promover a experiência educacional escolar fundamentada nos princípios de direitos humanos, justiça social e emancipação humana. Logo, seria uma forma de educação para todos, com garantia de acesso, participação, permanência, socialização e aprendizagem a alunos com diferentes e complexas realidades e necessidades educativas, dentre eles os que constituem a comunidade da Educação Especial.

Com a publicação da PNEEPEI, em 2008, e, em 2025, a publicação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, decreto que substituiu o controverso Decreto n.º 10.502/2020, que permitiria a reabertura ao modelo segregacionista de educação especial. Do ponto de vista dos dispositivos legais, não se deve mais entender a Educação Especial desarticulada da perspectiva da inclusão educacional, que, por sua vez, deve assegurar ao estudante, público da educação especial, “o direito a ser incluído em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem” (Brasil, 2025, s/p).

Entretanto, ao considerar em matéria de Educação Especial que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir o pleno direito à educação e todos os aspectos que o compõem, “entende-se que há uma lacuna entre a teoria/legislação e a prática pedagógica desenvolvida nas escolas” (Boff; Machado, 2024, p. 14). Logo, articular dispositivos legais e prática escolar, em benefício educativo e em nome da qualidade e equidade, é um dos desafios a enfrentar, com a colaboração acadêmica da formação de professores. Isso pode impactar diretamente a reorganização dos PPC de Pedagogia e de outras licenciaturas ofertadas no ensino superior brasileiro.

Referências

ABBUD, Maria Luiza Macedo; FAVARO, Marta Regina Gimenez. Organização curricular do curso de Pedagogia – 50 anos de história. In: ABBUD, Maria Luiza Macedo; FAVARO, Marta Regina Gimenez.; LUIZ JÚNIOR, Celso; IVASHITA, Simone Burioli; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano (Org.). *50 anos da Pedagogia: Da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina à Universidade Estadual de Londrina (1962 a 2012)*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2012. p.23-42.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.), *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.23-82.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. *Roteiro*, Criciúma, v.46, p.1-26, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18593/r.v48>.

BRASIL. *Parecer n.º 252 de 1969*. Conselho Federal de Educação. Dispõe sobre os estudos pedagógicos superiores; mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em pedagogia. Relator: Valnir Chagas. Documenta, Brasília. p.101-117.

BRASIL. *Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/547565/publicacao/15714278>. Acesso em: 28 abr. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.

BRASIL. *Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. *Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 10.502 de 30 de setembro de 2020*. Instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. *Decreto n.º 12.773, de 8 de dezembro de 2025*. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12773.htm. Acesso em: 10 jan. 2026.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. *Educar em Revista*, Curitiba, v.40, p.1-17, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0411.85133>.

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.

BUENO, José Geraldo Silveira. *A educação especial nas universidades brasileiras*. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

CASAGRANDE, Rosana de Castro; MAINARDES, Jefferson. O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.27, p.119-138, jan./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0132>.

CASSEMIRO, Maria de Fátima Pio. *Formação de professores para a educação especial: a experiência de Helena Antipoff e seus colaboradores na Fazenda do Rosário na década de 1960*. 2018. 227f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2018.

CHARLTON, James I. *Nothing About Us Without Us: disability oppression and empowerment*. Berkley: University of California Press, 1998.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & educação*, Porto Alegre, v.2, n.2, p.177-229, 1990.

DE LAPLANE, Adriana Lia Frizman; CAIADO, Katia Regina Moreno; KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. As relações público-privado na educação especial: tendências atuais no Brasil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 46, p. 40 – 55, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/teias.2016.25497>.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História da Educação*, São Paulo, v.24, n.47, p.29-60, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>.

GOODSON, Ivor Frederick. *Currículo: teoria e história*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. Algumas concepções de educação do deficiente. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 9 – 25, 2004.

JANNUZZI, Gilberta Sampaio de Martino. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3ª ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; MELETTI, Silvia Marcia Ferreira. Análises de possíveis impactos do programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. *Revista Universidade Rural*. Serie Ciências Humanas, v. 34, p. 49-63, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELETTI, Silvia Márcia Ferreira; CABRAL, Vinicius Neves de; SERAFIM, Jucenir da Silva. Trabalho docente no ensino superior: dialética da transversalidade entre deficiência, raça e gênero. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v.37, p. 1-22, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X88632>.

MELLO, Humberto de; MACHADO, Sídio. A formação histórica da educação para cegos no Brasil: uma análise contextualizada das leis do Império à República. In: 1º Seminário Luso-Brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, 2017. Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017.

MICHELS, Maria Helena. Paradoxos da formação de professores para a educação especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.11, n.2, p. 255-272, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382005000200007>.

MICHELS, Maria Helena. *A formação de professores de educação especial no Brasil: propostas em questão*. Florianópolis: UFSC - CED – NUP, 2017.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, v.7, p.29-44, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880>. Acesso em: 9 dez. 2025.

MONARCHA, Carlos Roberto da Silva. *Lourenço Filho e a organização da Psicologia aplicada à educação (São Paulo, 1922-1933)*. Brasília: INEP/MEC, 2001.

OLIVEIRA, Gildásio Macedo de; SOBRINHO, Reginaldo Célio. Aspectos da sociodinâmica público e privado na política de Educação Especial no Estado do Espírito Santo. *Revista Financiamento da Educação - FINEDUCA*, São Paulo, v.10, p.1-18, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.22491/fineduca-2236-5907-v10-90453>.

OMOTE, Sadao; DALLACQUA, Maria Júlia Canazza; MIURA, Regina Keiko Kato; CARVALHO, Ana Maria Pimenta; ANDRADE, Antonio dos Santos; OLIVEIRA, Fátima Inês Wolf de; PIRES JR, Hugo; MANZOLI, Luci Pastor; STAFANINI, Maria Cristina Bergonzini; PARIZZI, Roseli Aparecida; SIGOLO, Silvia Regina Ricco Lucato; CAPELLIN, Simone Aparecida. Dificuldades e perspectivas para Habilitação em Educação Especial. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 4, p. 137-145, 1996.

PLETSCH, Marcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? *Momento - Diálogos em Educação*, 29(1), p.57-70, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/momento.v29i1.9357>.

PLETSCH, Marcia Denise; BATISTA, Getsemane de Freitas; AVILA, Leila Lopes. Constituição da educação especial no Brasil: contribuições de Sarah Couto Cesar e Olívia da Silva Pereira. *Cadernos de História da Educação*, v. 22, p. 1-21, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/che-v22-2023-159>.

RAFANTE, Heulalia Charalo; LOPES, Roseli Esquerdo. Helena Antipoff e a educação dos “excepcionais”: uma análise do trabalho como princípio educativo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v.9, n.33, p.228-252, 2009. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v9i33.8639565>.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil*. 2011. 319f. (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

SOBRINHO, Reginaldo Célio; PANTALEÃO, Edson; JESUS, Denise Meyrelles. Políticas de inclusão escolar na perspectiva dos setores de educação especial de três municípios capixabas. *Interfaces da educação*, Paranaíba, v.7, n.19, p.206-225, 2016. DOI: <https://doi.org/10.26514/inter.v7i19.1030>.

SOUZA JÚNIOR, Marcilio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, p.391-408, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300005>.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Programa da disciplina de Introdução à Pedagogia dos Excepcionais*, 1977.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Catálogo de cursos de graduação*, 1991.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Projeto de ensino. Objetivos do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia*, 2004.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Resolução CEPE/CA n.º 46/2005*. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, 2005.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Resolução CEPE/CA n.º 187/2006*. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, 2006.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Resolução CEPE/CA n.º 109/2009*. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, 2009.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Resolução CEPE/CA n.º 118/2018*. Reformula o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia – Licenciatura, 2018.

UEL. Universidade Estadual de Londrina. *Resolução CEPE/CA n.º 56/2023*. Estabelece adequações no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, 2023.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 18, p. 174 – 216, 2008.